



PREFEITURA MUNICIPAL DO PRATA-MG

Divisão de Licitação

Praça XV de Novembro, 35 - Centro | Prata-MG | CEP: 381400-000

Tel: 34.3431-8705 - CNPJ: 18.260.505/0001-50

E-mail: licitacao@prata.mg.gov.br | www.prata.mg.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2026 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2026

O MUNICÍPIO DO PRATA, com sede nesta cidade na Praça XV de Novembro, nº 35, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 18.260.505/0001-50, torna-se público, em estrita observância às normativas vigentes de licitações, transparência e proteção de dados, que realizará às **08 horas do dia 13/05/2026**, processo licitatório na modalidade de **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 005/2026**, tipo **MAIOR OFERTA**, para a **PERMISSÃO DE USO PRECÁRIO À TÍTULO ONEROSO DE PONTO COMERCIAL LOCALIZADO NO PARQUE DO JATOBÁ, NO MUNICÍPIO DE PRATA-MG, OBEDECENDO AS NORMAS CONFORME ESPECIFICADO EM TERMO DE REFERÊNCIA**, observadas as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 3.976/2023, Decreto Municipal nº 4.071/2023 e pelas demais normas legais e regulamentares aplicáveis à espécie, e as condições constantes do presente Edital e seus Anexos.

1 - DO OBJETO

1.1. PERMISSÃO DE USO PRECÁRIO À TÍTULO ONEROSO DE PONTO COMERCIAL LOCALIZADO NO PARQUE DO JATOBÁ, NO MUNICÍPIO DE PRATA-MG, OBEDECENDO AS NORMAS CONFORME ESPECIFICADO EM TERMO DE REFERÊNCIA.

2- DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO, DO MODO DE DISPUTA, DO ORÇAMENTO E PRAZOS

2.1. Critério de julgamento: MAIOR OFERTA

2.2. Modo de disputa: ABERTO

2.3. Valor Estimado (Mínimo): R\$ 810,50 (oitocentos e dez reais e cinquenta centavos) mensais.

2.4. Prazo do Contrato: 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado, observadas as disposições legais.

3- DA RECEITA

3.1. As receitas decorrentes da contratação do objeto desta licitação deverão ser recolhidas, mensalmente, através de Guia a ser expedida pelo Departamento de Tributos do Município, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, devendo ser creditados na conta receita nº 1.3.1.1.01.1.1.00 – ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS – PRINCIPAL.

4- DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL

4.1. Os documentos que integram o edital serão disponibilizados somente em mídia digital no portal do licitanet (<https://licitanet.com.br>).

5- DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

5.1. Os esclarecimentos de dúvidas quanto ao Edital e seus Anexos, deverão ser registrados no sítio do <https://licitanet.com.br>, até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame. Apresentada a impugnação, a resposta será divulgada no sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.2. A impugnação feita tempestivamente pela Licitante não a impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente, devendo, por conseguinte, enviar sua PROPOSTA, até a data e hora marcados para a abertura da sessão.

6- DO CREDENCIAMENTO

6.1. A Concorrência será realizada no portal licitanet (<https://licitanet.com.br>).

6.2. Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal no referido sistema de compras eletrônicas. O credenciamento do interessado e de seu representante implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes à Concorrência eletrônica.



PREFEITURA MUNICIPAL DO PRATA-MG

Divisão de Licitação

Praça XV de Novembro, 35 - Centro | Prata-MG | CEP: 381400-000

Tel: 34.3431-8705 - CNPJ: 18.260.505/0001-50

E-mail: licitacao@prata.mg.gov.br | www.prata.mg.gov.br

6.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7- DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

7.1. Poderão participar do certame todos os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que preencherem as condições e requisitos estabelecidos neste Edital e na legislação aplicável.

7.2. Não poderão participar da presente licitação aqueles que se enquadrem nas condições abaixo relacionadas:

7.2.1. Que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

7.2.2. Que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública em qualquer das esferas da Administração Pública.

7.2.3. Que tenham sido suspensas temporariamente ou impedidas para licitar ou contratar com Prefeitura Municipal do Prata.

7.3. Não será admitida a participação de empresas em consórcio.

7.4. Os interessados se farão representar na reunião licitatória de recebimento dos envelopes, por seus representantes legais, por meio de documento que comprove seus poderes, ou procurador bastante, munido de instrumento procuratório conferindo-lhe poderes para prática de todos os atos referentes ao processo, com a identificação da pessoa jurídica de quem o emitiu.

7.4.1. Os documentos mencionados acima devem ser acompanhados por um documento legível de identificação pessoal com fotografia, a ser verificado no momento da apresentação, e devem ser mantidos fora dos envelopes;

7.4.2. É dispensável a procuração, na hipótese da empresa concorrente se fazer representar pelo próprio titular, no caso de firma individual, ou por sócio com poderes para representá-la, na licitação, através do Ato Constitutivo;

7.4.3. Uma mesma pessoa não poderá representar mais de uma empresa durante os atos do procedimento licitatório;

7.4.4. As licitantes que não se fizerem representar ou que seus representantes não portem documentos que os credencie e/ou os identifiquem, não terão participação ativa durante a reunião, ou seja, não poderão assinar, rubricar documentos, apresentar impugnações, pedido de reconsideração ou recurso, quanto aos atos formais da Comissão de Contratação, que só poderão ser interpostos dentro das fases correspondentes, sob pena de preclusão.

7.3. A visita técnica é facultativa, não sendo obrigatório à licitante visitar o local da permissão para obter as informações necessárias para a elaboração da Proposta, correndo por sua conta os custos respectivos.

7.4. A empresa deverá apresentar declaração de visita técnica, conforme modelo anexo, ao local objeto da permissão de uso.

7.4.1. Caso a empresa opte pela visita, a mesma deve ser realizada pelo representante credenciado ou responsável da empresa licitante. Para o credenciamento, o profissional deverá apresentar documento de identificação pessoal e documento que comprove poderes para representar a empresa.

7.5. A visita técnica ao local das obras poderá ser marcada pessoalmente ou via telefone com o Sr. Lielson Inácio Silva, localizada na sede da Prefeitura Municipal de Prata ou pelo telefone (34) 3431-8705, até o último dia útil, antes da data prevista para abertura do certame, de Segunda a Sexta Feira, 07h30min às 11h e de 12h30min às 17h00min.

8- DA PARTICIPAÇÃO DE LICITANTES SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

8.1. Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio, pela baixa complexidade do objeto da contratação.

9 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DO PRATA-MG

Divisão de Licitação

Praça XV de Novembro, 35 - Centro | Prata-MG | CEP: 381400-000

Tel: 34.3431-8705 - CNPJ: 18.260.505/0001-50

E-mail: licitacao@prata.mg.gov.br | www.prata.mg.gov.br

9.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecida para abertura da sessão pública, **VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA PROPOSTA**.

9.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

9.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo, e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

9.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

9.3.3. Que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

9.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

9.3.5.1. A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.4. A falsidade da declaração de que trata o item anterior sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

9.5. Até a data e horário da entrega das propostas, o Licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

9.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

9.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

9.8. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.9. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

10- DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA INICIAL

10.1. A participação na Concorrência Eletrônica ocorrerá mediante utilização da chave de identificação e de senha privativa do Licitante e subsequente encaminhamento da PROPOSTA, no valor mensal.

10.2. Após a divulgação do edital, os Licitantes deverão encaminhar PROPOSTA inicial, até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

10.3. A data base da proposta será a data base do orçamento referencial.

10.4. As propostas possuem prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da entrega das mesmas;

10.5. No momento do envio da proposta o Licitante deverá declarar por meio do sistema eletrônico no campo: Descrição/Observações (conforme instrumento convocatório), “que está ciente com as condições contidas no Edital e em seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital”;

10.6. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração do mesmo, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.7. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o Licitante pleitear acréscimo após



PREFEITURA MUNICIPAL DO PRATA-MG

Divisão de Licitação

Praça XV de Novembro, 35 - Centro | Prata-MG | CEP: 381400-000

Tel: 34.3431-8705 - CNPJ: 18.260.505/0001-50

E-mail: licitacao@prata.mg.gov.br | www.prata.mg.gov.br

a abertura da sessão pública.

10.8. Qualquer elemento que possa identificar o Licitante importará na desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.9. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

10.10. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Permissionária.

10.11. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na permissão;

10.12. A Permissionária deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação.

11- DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1. No horário estabelecido neste Edital, o Agente de Contratação abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas neste Edital.

11.2. O Agente de Contratação poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO” do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e demais documentos, DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

11.3. Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexecutável (art. 59, §4º, Lei 14.133/2021), o Agente de Contratação obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então a DESCLASSIFICARÁ.

11.4. Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site <https://licitanet.com.br/>, conforme Edital.

11.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

11.6. O licitante somente poderá oferecer lance com MAIOR OFERTA ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.7. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a maior oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

11.8. Será adotado para o envio de lances na concorrência eletrônica o modo de disputa “ABERTO”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

11.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

11.10. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

11.11. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

11.12. Serão aceitos somente lances em valores monetários (R\$). Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.13. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, dos lances registrados que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

11.14. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência Eletrônica, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

11.15. O Agente de Contratação, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

11.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo



PREFEITURA MUNICIPAL DO PRATA-MG

Divisão de Licitação

Praça XV de Novembro, 35 - Centro | Prata-MG | CEP: 381400-000

Tel: 34.3431-8705 - CNPJ: 18.260.505/0001-50

E-mail: licitacao@prata.mg.gov.br | www.prata.mg.gov.br

superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação no site <https://licitanet.com.br/>.

11.17. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública da Concorrência Eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

11.18. A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante da etapa de lances e na manutenção do último lance por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços.

11.19. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática. O sistema identificará em coluna própria às microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

11.20. Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores a proposta mais bem classificada, depois de encerrada a etapa de lances.

11.21. A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

11.22. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

11.23. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11.24. Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, convocação será em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

11.25. A aplicação da Lei nº 123/2006, no que se refere ao raio de 10% (dez por cento), somente se aplicará quando o maior desconto inicial não tiver sido apresentado por microempresa ou empresa de pequeno porte.

11.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

11.26.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

11.26.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

11.26.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

11.26.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

11.27. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

11.27.1. Empresas estabelecidas no Município do Prata/MG;

11.27.2. Empresas brasileiras;

11.27.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

11.27.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

11.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

11.29. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

11.30. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.31. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo



PREFEITURA MUNICIPAL DO PRATA-MG

Divisão de Licitação

Praça XV de Novembro, 35 - Centro | Prata-MG | CEP: 381400-000

Tel: 34.3431-8705 - CNPJ: 18.260.505/0001-50

E-mail: licitacao@prata.mg.gov.br | www.prata.mg.gov.br

licitatório.

11.32. A proposta do licitante classificado em primeiro lugar adequada ao último lance ofertado deverá ser encaminhada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas no próprio sistema, a contar da solicitação do Agente de Contratação.

11.33. Quando da atualização da proposta de preço, o licitante deverá atualizar observando os valores unitários e globais os quais deverão ser maiores ou iguais aos valores mínimos expressos no termo de referência, sob pena de desclassificação.

11.34. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.35. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12- DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

12.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e nos demais documentos.

12.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final inferior ao preço mínimo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

12.3. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

12.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar, dentro do prazo legal, as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

12.5. O ajuste de que trata este item se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

12.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

12.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

12.10. Também nas hipóteses em que o Agente de Contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

12.11. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Contratação verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

13- DA FASE DE HABILITAÇÃO

13.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação (conforme artigo 14 da Lei n 14.133/2021), mediante a consulta aos seguintes cadastros:

13.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria- Geral da União, mantido pela Controladoria-Geral da União ([https:// https://certidoes.cgu.gov.br/](https://certidoes.cgu.gov.br/));

13.2. Os documentos relativos à habilitação somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, no prazo concedido pelo Agente de Contratação, que será de 02 (duas) horas.

13.3. O licitante classificado em 1º lugar deverá encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DO PRATA-MG

Divisão de Licitação

Praça XV de Novembro, 35 - Centro | Prata-MG | CEP: 381400-000

Tel: 34.3431-8705 - CNPJ: 18.260.505/0001-50

E-mail: licitacao@prata.mg.gov.br | www.prata.mg.gov.br

13.4. Pessoa Jurídica:

- a) Proposta, devidamente preenchida, conforme modelo constante no Edital;
- b) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresa individual; Contrato Social e/ou última Alteração Contratual da Empresa, ou documento equivalente;
- c) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do estabelecimento que participará da licitação, nos termos da IN- SRF 200/2002;
- d) Certificado de Regularidade relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços- FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, nos termos da Portaria MF nº 358/2014, alterada pela Portaria MF nº 443/2014;
- f) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- g) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal (Certidão de Tributos Municipais), do domicílio ou da sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei;
- h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa;
- i) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo cartório distribuidor da sede da licitante, com prazo de validade de no máximo 90 (noventa) dias anteriores à abertura dos envelopes.
- j) Declaração elaborada pelo licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração;
- k) Declaração do licitante assinado pelo representante legal, informando que cumpre a proibição prevista no art. 7º da CF – que não emprega de menor de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz.
- l) A empresa deverá apresentar declaração de visita técnica ou renúncia de visita, conforme modelo anexo, ao local objeto da permissão de uso.

13.5. As declarações exigidas para habilitação na Lei 14.133/2021 (artigos 63, I, IV, parágrafo 1º e 68, VI) serão geradas pelo Agente de Contratação no próprio sistema licitante anexadas ao processo licitatório.

13.6. Qualquer informação incompleta ou inverídica constante dos documentos apresentados apurada pelo Agente de Contratação, mediante simples conferência ou diligência, implicará na inabilitação da respectiva licitante.

13.7. Não serão aceitos protocolos de pedidos ou solicitações de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.

13.8. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

13.9. Caso a proposta com MAIOR OFERTA seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

13.10. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

13.11. Após a apresentação dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, nos casos previstos na Lei 14.133/21, art. 64).

13.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital.

13.14. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.



PREFEITURA MUNICIPAL DO PRATA-MG

Divisão de Licitação

Praça XV de Novembro, 35 - Centro | Prata-MG | CEP: 381400-000

Tel: 34.3431-8705 - CNPJ: 18.260.505/0001-50

E-mail: licitacao@prata.mg.gov.br | www.prata.mg.gov.br

13.15. As certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data de abertura da sessão desta concorrência.

14- DOS RECURSOS

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, no julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

14.2.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos, após a divulgação do licitante vencedor.

14.2.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

14.2.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

14.2.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.3. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.4. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.5. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15- DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. O objeto da licitação será adjudicado e homologado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade Competente.

15.1.1. O objeto do presente certame, somente será adjudicado e homologado mediante a apresentação por parte da licitante vencedora da proposta ajustada totalizando o valor negociado.

16- DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

16.1. Não será exigida garantia para o objeto da presente licitação.

17- DO CONTRATO

17.1. Após a Homologação do processo, o Município convocará a licitante vencedora para dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, assinar o contrato correspondente.

17.2. O prazo de convocação para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso pela parte, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Prefeitura.

17.3. Quando o convocado e seu representante legal não assinar o contrato, poderá a Prefeitura convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado para a assinatura do contrato.

17.4. O não atendimento à convocação ou a recusa do proponente em assinar o contrato no prazo estipulado, implicará descumprimento da obrigação, sujeitando-se o adjudicatário às sanções previstas no Edital.

17.5. A vigência do contrato oriundo deste certame será de 02 (dois) anos, iniciando no dia de sua assinatura, podendo ser prorrogado observadas as disposições legais.

17.6. O presente contrato terá como sua gestora a Sra. Bruna Silva Ferreira Nunes Mat. 08202 e fiscal o Sr. Lielson Inacio Silva Mat. 03556, conforme dispõe o artigo 117, da Lei Federal nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DO PRATA-MG

Divisão de Licitação

Praça XV de Novembro, 35 - Centro | Prata-MG | CEP: 381400-000

Tel: 34.3431-8705 - CNPJ: 18.260.505/0001-50

E-mail: licitacao@prata.mg.gov.br | www.prata.mg.gov.br

18- DO REAJUSTAMENTO E DO REEQUILÍBRIO

18.1. Na hipótese de prorrogação contratual após o decurso do prazo inicialmente contratado, os preços serão reajustados anualmente, a contar da data de apresentação da proposta comercial, pela variação do IGPM/FGV, publicada pela Fundação Getúlio Vargas.

19 - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

19.1. A permissionária será inteiramente responsável pelo acompanhamento dos processos de interesse da Prefeitura devendo desempenhar os seus trabalhos com o maior zelo e qualidade técnica possível;

19.2. A permissionária obrigar-se-á a executar o objeto adjudicado conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital, em seus anexos e na proposta apresentada.

19.3. Correrão por conta da permissionária as despesas para o efetivo atendimento do objeto licitado, tais como custos operacionais da atividade, encargos, impostos incidentes sobre o empreendimento e sobre a remuneração, taxas, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas ao objeto da presente licitação.

20- DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO CONTRATUAL

20.1. A gestão e fiscalização não eximirá ou reduzirá, em nenhuma hipótese, a responsabilidade da Permissionária em eventual falta que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização desta Prefeitura.

21- DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

21.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela Comissão de Comissão durante o certame;

21.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

21.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

21.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

21.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

21.1.2.4. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

21.1.2.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

21.1.2.6. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato;

21.1.2.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

21.1.2.8. Fraudar a licitação

21.1.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

21.1.3.1. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

21.1.3.2. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

21.1.3.3. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

21.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

21.2.1. Advertência;

21.2.2. Multa;

21.2.3. Impedimento de licitar e contratar com o Município do Prata/MG; e

21.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o poder público, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DO PRATA-MG

Divisão de Licitação

Praça XV de Novembro, 35 - Centro | Prata-MG | CEP: 381400-000

Tel: 34.3431-8705 - CNPJ: 18.260.505/0001-50

E-mail: licitacao@prata.mg.gov.br | www.prata.mg.gov.br

21.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

21.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

21.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

21.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

21.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

21.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

21.4.1. Para as infrações previstas no item 21.1, a multa será aplicada mediante caso concreto, observados os quesitos do item 21.3.

21.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

21.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

21.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

21.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.9. A aplicação de penalidades em decorrência da prática das infrações, observará ao que dispõe o art. 156, da Lei nº 14.133/2021.

21.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades previstas.

21.11. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

21.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

21.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

21.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

21.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

22- DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES CONTRATUAIS

1- Constituem direitos da PERMITENTE receber o objeto desse Contrato nas condições avençadas e da PERMISSONÁRIA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

2- Constituem obrigações da PERMITENTE:

2.1- Emitir as guias para pagamento.

2.2- Dar a PERMISSONÁRIA as condições necessárias à regular execução do Contrato, fornecendo todos os documentos e informações necessárias.

2.3- Notificar por escrito à Permissionária, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução



PREFEITURA MUNICIPAL DO PRATA-MG

Divisão de Licitação

Praça XV de Novembro, 35 - Centro | Prata-MG | CEP: 381400-000

Tel: 34.3431-8705 - CNPJ: 18.260.505/0001-50

E-mail: licitacao@prata.mg.gov.br | www.prata.mg.gov.br

do objeto, fixando prazo para sua correção.

2.4- Fiscalizar o fiel cumprimento das disposições de execução contratual firmadas neste instrumento, daquelas fixadas no Termo de Referência e na legislação pertinente, através do gestor e fiscal, não eximindo a licitante de total responsabilidade quanto a execução dos mesmos;

3- Constituem obrigações da PERMISSIONÁRIA:

3.1. Na data de início das atividades, a permissionária deverá apresentar relação dos funcionários, gerentes e prepostos.

3.2. Manter, durante toda a execução da permissão que lhe foi outorgada, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.3. Exercer unicamente a atividade para qual foi autorizada através da outorga de Permissão de Uso, conforme descrito e caracterizado no objeto do Edital, bem como neste Termo de Referência, observando as exigências legais e higiênicassanitárias pertinentes.

3.4. Afastar qualquer preposto ou empregado cuja permanência ou comportamento for julgado inconveniente ou inadequado pelo Permitente, zelando para que seus empregados, em especial os que lidam com o público consumidor e os usuários, atuem com urbanidade, a fim de garantir a manutenção da boa imagem.

3.5. O Permissionário obriga-se a não instalar no espaço permitido, qualquer equipamento capaz de por em risco o imóvel da Permitente, a integridade física das pessoas, nem produzir interferência nos equipamentos já instalados nos quiosques.

3.6. Não fazer uso de alto-falante, receptor de televisão, rádio ou de outro meio de difusão de som que possa causar perturbação do sossego, salvo autorização da permissionária.

3.7. Fica autorizado a colocar na fachada do quiosque apenas o nome, marca da empresa ou elemento promocional, ficando proibida a instalação de toldos, cartazes, letreiros, que não se referirem ao objeto de venda dos quiosques.

3.8. Responsabilizar por todos os encargos financeiros, trabalhistas, previdenciários, tributários e tarifas de energia elétrica, água consumida individualmente, bem como, por todos os danos causados a terceiros e ao Permitente.

3.9. Cada permissionário será responsável pela ligação e pagamento da energia elétrica consumida. Devendo providenciar as sua expensas a transferência de titularidade do padrão de energia.

3.10. Todas as instalações elétricas deverão ser executadas com esmero e bom acabamento, com todos os condutores, condutos e equipamentos cuidadosamente arrumados em posição e firmemente ligados às estruturas de suporte e aos respectivos pertences, formando um conjunto mecânico e eletricamente satisfatório e de boa aparência sendo que nos locais aonde serão instalados os eletrodutos e houver alvenaria, os mesmos deverão ser embutidos.

3.11. Todas as instalações elétricas deverão atender integralmente a norma ABNT NBR: 5410 e a Norma Regulamentadora NR10 do Ministério do Trabalho.

3.12. Assegurar ao Município as condições necessárias ao acompanhamento, supervisão, fiscalização e avaliação da execução e dos resultados dos serviços objeto deste Contrato.

3.13. O horário de funcionamento das lojas deverá corresponder no mínimo a 80% dos horários de funcionamentos do Parque Jatobá.

3.14. Observar as normas da Secretaria Municipal do Meio Ambiente no que se refere à coleta e destinação dos detritos oriundos da comercialização.

3.15. Conduzir pessoalmente o objeto de permissão.

3.16. O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao início da permissão.

3.17. Toda reforma, manutenção e/ou alterações nas estruturas físicas dos quiosques é de responsabilidade do permissionário, devendo solicitar autorização antecipadamente da Secretaria de Obras, Trânsito e Habitação.

3.18. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo legal, mesmo que não previsto explicitamente no edital e/ou Termo de Permissão de Uso, acarretará na aplicação, pela Permitente, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

23 - DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DO PRATA-MG

Divisão de Licitação

Praça XV de Novembro, 35 - Centro | Prata-MG | CEP: 381400-000

Tel: 34.3431-8705 - CNPJ: 18.260.505/0001-50

E-mail: licitacao@prata.mg.gov.br | www.prata.mg.gov.br

23.2. Os casos omissos serão solucionados pela Comissão de Contratação.

23.3. Será competente o foro da Comarca do Município do Prata/MG para dirimir as questões decorrentes desta licitação não resolvidas na esfera administrativa.

23.4. Os prazos indicados neste Edital em dias corridos, quando vencidos em dia não útil, prorrogam-se até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica.

23.5. A Administração se reserva o direito de, antes da assinatura do contrato, por despacho motivado, adiar, revogar ou mesmo anular a presente LICITAÇÃO, sem que isso represente motivo para que as empresas pleiteiem qualquer tipo de indenização.

Prata/MG, 24 de abril de 2026.

Gustavo dos Santos Faria

Agente de Contratação



PREFEITURA MUNICIPAL DO PRATA-MG

Divisão de Licitação

Praça XV de Novembro, 35 - Centro | Prata-MG | CEP: 381400-000

Tel: 34.3431-8705 - CNPJ: 18.260.505/0001-50

E-mail: licitacao@prata.mg.gov.br | www.prata.mg.gov.br

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1) OBJETO

Permissão de uso precário à título oneroso de pontos comerciais localizados no Parque do Jatobá, no Município de Prata-MG, obedecendo as normas conforme especificado em Termo de Referência.

2) JUSTIFICATIVA

2.1. O Município possui, para melhor atender a população, PONTOS COMERCIAIS localizados no Parque do Jatobá, no Município de Prata-MG e necessita que os mesmos sejam colocados em funcionamento. Há de se ressaltar que os referidos espaços não são de interesse da administração, considerando que a repartição que administra o terminal já possui espaço físico suficiente no para as instalações públicas. Dessa forma, os demais espaços além de sobressalentes, visa garantir a oferta contínua de serviços aos frequentadores dos referidos locais, promovendo o bem estar e conveniência, otimizar a gestão e manutenção dos espaços públicos aos usuários, gerando receitas que podem ser reinvestidas em melhorias e manutenção das instalações, além de incentivar a atividade econômica no local, criando oportunidades e potencializando o desenvolvimento econômico do Município do Prata.

2.2. Com a disponibilização dos imóveis para a presente Permissão de Uso, o Município não terá despesas com manutenção e conservação do local, obtendo, por outro lado, uma nova fonte de receita.

3) ESPECIFICAÇÕES DE LOTES E VALOR MÍNIMO A SER OFERTADO

3.1. O espaço público tem as áreas demarcadas nas plantas que fazem parte deste documento, conforme memoriais e diretrizes definidas nos itens abaixo:

Item	Descrição	Permissão de Uso (Mensal)
01	Quiosque Central do Parque do Jatobá com fornecimento de água e energia pelo município.	R\$ 810,50

3.2. A exploração comercial mencionada no item anterior compreende a venda no varejo de produtos diversos, tais como alimentos e bebidas, biscoitos, bolachas, sorvetes, picolés, balas, pirulitos, salgados (lanchonete), celulares e acessórios, bijuterias, presentes, artigos de papelaria, jornais e revistas, artigos do vestuário e calçados, produtos de beleza e perfumaria, e outros itens correlatos.

3.3. É proibida a comercialização de gasolina, querosene ou quaisquer substâncias inflamáveis ou explosivas, fogos de artifícios, munições e armamentos, animais vivos ou embalsamados, produtos hortifrutigranjeiros.

3.4. Conforme preconiza a legislação as mercadorias comercializadas nos quiosques devem ser previamente autorizadas por meio de decreto do Poder Executivo Municipal e aprovadas pela Vigilância Sanitária, na hipótese de se tratar de gênero alimentício.

3.5. O Permissionário deverá obter o Alvará de Licença e Localização junto à Prefeitura Municipal do Prata-MG, bem como o Alvará Sanitário, quando for o caso.

3.6. O julgamento se dará por MAIOR LANCE.

3.7. O preço mínimo do aluguel mensal será o valor ofertado na proposta e não poderá ser inferior ao cálculo de avaliação para cada lote, conforme item 3.1.

3.8. A vistoria é facultativa, podendo as licitantes interessadas, por meio de seus representantes, realiza-la com até 2 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data do agendamento pretendido, por meio de



PREFEITURA MUNICIPAL DO PRATA-MG

Divisão de Licitação

Praça XV de Novembro, 35 - Centro | Prata-MG | CEP: 381400-000

Tel: 34.3431-8705 - CNPJ: 18.260.505/0001-50

E-mail: licitacao@prata.mg.gov.br | www.prata.mg.gov.br

solicitação dirigida ao Secretário de Administração Alessandro Camargos no Tel. 3431-8700, ou no endereço físico: Prefeitura Municipal de Prata-MG, Praça XV de Novembro, 35.

3.9. A não realização de vistoria enseja o pleno conhecimento da licitante nas condições da área, assumindo inteiramente a responsabilidade ou consequências por essa omissão, mantendo as garantias que vincularem nossa proposta ao processo licitatório, devendo ser apresentada Declaração específica sobre essa renúncia.

4) DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

4.1. Pessoa Jurídica

- a) Proposta, devidamente preenchida, conforme modelo constante no Edital;
- b) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresa individual; Contrato Social e/ou última Alteração Contratual da Empresa, ou documento equivalente;
- c) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do estabelecimento que participará da licitação, nos termos da IN- SRF 200/2002;
- d) Certificado de Regularidade relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços- FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, nos termos da Portaria MF nº 358/2014, alterada pela Portaria MF nº 443/2014;
- f) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- g) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal (Certidão de Tributos Municipais), do domicílio ou da sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei;
- h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa;
- i) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo cartório distribuidor da sede da licitante, com prazo de validade de no máximo 90 (noventa) dias anteriores à abertura dos envelopes.
- j) Declaração elaborada pelo licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração;
- k) Declaração do licitante assinado pelo representante legal, informando que cumpre a proibição prevista no art. 7º da CF – que não emprega de menor de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz.
- l) A empresa deverá apresentar declaração de visita técnica ou renúncia de visita, conforme modelo anexo, ao local objeto da permissão de uso

5) DA OUTORGA E DOS PRAZOS

5.1. Conforme preconiza Artigo 10, XII da e Artigo 82, alínea “g” ambos da Lei Orgânica do Município, a outorga do bem, objeto desta Concorrência, será feita por meio de Decreto Municipal, a título precário.

5.2. O prazo da permissão de uso será pelo período de 02 (dois) anos, a contar da data da publicação do Decreto de Outorga, podendo, de acordo com interesse de ambas as partes, ser prorrogado por igual período.

5.3. As adaptações/reformas e as instalações deverão ser executadas após início da ocupação do espaço e deverão ser concluídas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

6) DA PERMISSÃO DE USO

6.1. A permissão é concedida em caráter personalíssimo, precário, inalienável, impenhorável, incomunicável, somente transferível por sucessão legal hereditária e vedada a subpermissão.

6.2. A outorga da área será formalizada por intermédio de Publicação do Decreto com o Termo de Permissão de Uso estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com este instrumento e a proposta de preços da licitante vencedora.

6.3. A permissão de uso poderá ser revogada pela Municipalidade a qualquer tempo, desde que configurada situação de conveniência e/ou oportunidade, sem que caiba à permissionário ressarcimento ou indenização de qualquer espécie, seja a que título for, quando ficar comprovado:

I – locação, sublocação, cessão, arrendamento total ou parcial ou transferência a terceiros da área permissionada;



PREFEITURA MUNICIPAL DO PRATA-MG

Divisão de Licitação

Praça XV de Novembro, 35 - Centro | Prata-MG | CEP: 381400-000

Tel: 34.3431-8705 - CNPJ: 18.260.505/0001-50

E-mail: licitacao@prata.mg.gov.br | www.prata.mg.gov.br

II – falta de pagamento referente ao preço de ocupação da área (Aluguel) e/ou consumo de energia elétrica, por mais de 60 (sessenta) dias;

II – prática, pelo titular da permissão, seus prepostos ou empregados, de:

a) atos de indisciplina, turbulentos, atentatórios à boa ordem e a moral;

b) ato configurativo de ilícito penal;

c) reincidência de infrações de caráter grave e gravíssimo, relativas à legislação sanitária vigente;

d) desacato às ordens administrativas.

IV – Interromper o atendimento ao público por período superior a 30 (trinta) dias consecutivos, sem justo motivo e autorizado pelo órgão competente, caracterizando desistência da exploração;

V – Deixar de manter em condições de higiene e funcionamento as instalações do quiosque inclusive os banheiros; expor ou vender mercadoria não autorizada;

dificultar a ação da fiscalização; veicular propaganda política, ideológica ou eleitoral no quiosque; alterar as características internas ou externas do quiosque, sem a autorização do Poder Público; Impedir ou dificultar o trânsito no logradouro público.

VI – As despesas com a adaptação da área serão de inteira responsabilidade da permissionária, não fazendo ela jus a nenhuma indenização ou retenção a esse título, estando ciente de que todas as instalações dos equipamentos deverão, quando da desocupação, ser retirados do local.

VII – Os quiosques que ficarem vagos devem ser desocupados em até 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação da revogação da permissão.

7) DAS OBRIGAÇÕES DA PERMISSIONÁRIA

7.1. Na data de início das atividades, a permissionária deverá apresentar relação dos funcionários, gerentes e prepostos.

7.2. Manter, durante toda a execução da permissão que lhe foi outorgada, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.3. Exercer unicamente a atividade para qual foi autorizada através da outorga de Permissão de Uso, conforme descrito e caracterizado no objeto do Edital, bem como neste Termo de Referência, observando as exigências legais e higiênicassanitárias pertinentes.

7.4. Afastar qualquer preposto ou empregado cuja permanência ou comportamento for julgado inconveniente ou inadequado pelo Permitente, zelando para que seus empregados, em especial os que lidam com o público consumidor e os usuários, atuem com urbanidade, a fim de garantir a manutenção da boa imagem.

7.5. O Permissionário obriga-se a não instalar no espaço permitido, qualquer equipamento capaz de por em risco o imóvel da Permitente, a integridade física das pessoas, nem produzir interferência nos equipamentos já instalados nos quiosques.

7.6. Não fazer uso de alto-falante, receptor de televisão, rádio ou de outro meio de difusão de som que possa causar perturbação do sossego, salvo autorização da permissionária.

7.7. Fica autorizado a colocar na fachada do quiosque apenas o nome, marca da empresa ou elemento promocional, ficando proibida a instalação de toldos, cartazes, letreiros, que não se referirem ao objeto de venda dos quiosques.

7.8. Responsabilizar por todos os encargos financeiros, trabalhistas, previdenciários, tributários e tarifas de energia elétrica, água consumida individualmente, bem como, por todos os danos causados a terceiros e ao Permitente.

7.9. Cada permissionário será responsável pela ligação e pagamento da energia elétrica consumida. Devendo providenciar as sua expensas a transferência de titularidade do padrão de energia.

7.10. Todas as instalações elétricas deverão ser executadas com esmero e bom acabamento, com todos os condutores, condutos e equipamentos cuidadosamente arrumados em posição e firmemente ligados às estruturas de suporte e aos respectivos pertences, formando um conjunto mecânico e eletricamente satisfatório e de boa aparência sendo que nos locais aonde serão instalados os eletrodutos e houver alvenaria, os mesmos deverão ser embutidos.

7.11. Todas as instalações elétricas deverão atender integralmente a norma ABNT NBR: 5410 e a Norma Regulamentadora NR10 do Ministério do Trabalho.

7.12. Assegurar ao Município as condições necessárias ao acompanhamento, supervisão, fiscalização e avaliação da execução e dos resultados dos serviços objeto deste Contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DO PRATA-MG

Divisão de Licitação

Praça XV de Novembro, 35 - Centro | Prata-MG | CEP: 381400-000

Tel: 34.3431-8705 - CNPJ: 18.260.505/0001-50

E-mail: licitacao@prata.mg.gov.br | www.prata.mg.gov.br

7.13. O horário de funcionamento das lojas deverá corresponder no mínimo a 80% dos horários de funcionamentos do Parque Jatobá.

7.14. Observar as normas da Secretaria Municipal do Meio Ambiente no que se refere à coleta e destinação dos detritos oriundos da comercialização.

7.15. Conduzir pessoalmente o objeto de permissão.

7.16. O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao início da permissão.

7.17. Toda reforma, manutenção e/ou alterações nas estruturas físicas dos quiosques é de responsabilidade do permissionário, devendo solicitar autorização antecipadamente da Secretaria de Obras, Trânsito e Habitação.

7.18. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo legal, mesmo que não previsto explicitamente no edital e/ou Termo de Permissão de Uso, acarretará na aplicação, pela Permitente, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

8) CONTROLE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E SANÇÕES

8.1. Ao MUNICÍPIO fica assegurado o lícito direito de, subsistindo razões plausíveis e de interesse coletivo, rescindir, unilateralmente, o contrato, em qualquer circunstância e época da execução deste instrumento, após, notificada do ato a parte contratada.

8.2. Na hipótese de descumprimento das normas deste Termo de Referência, o MUNICÍPIO, garantido a apresentação de prévia defesa, aplicará ao licitante vencedor, sem prejuízo da responsabilização civil e penal cabíveis, as seguintes sanções:

a) Impedimento de licitar ou contratar com o MUNICÍPIO por um prazo de até 03 (três) anos.

b) Multa, na seguinte forma:

b.1) 0,2% (dois décimos por cento) do valor total, por dia, que ultrapassar os prazos previsto para cumprimento de obrigações, até o 15º (décimo quinto) dia de atraso;

b.2) Na hipótese de descumprimento das exigências referentes às especificações técnicas ou de quaisquer disposições deste Termo de Referência, bem como, atraso superior a 15 (quinze) dias, a empresa vencedora ficará sujeita à multa de 10% (dez por cento) do valor total do objeto;

b.3) As multas que se referem os itens b.1 e b.2, uma vez aplicadas e para efeito de cobrança, poderão ser cobradas separadamente dos valores a serem pagos na permissão;

b.4) As multas não são compensatórias e não excluem as perdas e danos resultantes.

8.3. A sanção estabelecida na letra “a” do subitem 8.2 poderá ser aplicada juntamente com a da letra “b” e subitens, facultada a defesa do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

8.4. Sem prejuízo do exercício do contraditório, as penalidades previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas pela metade caso o licitante contratado demonstre que promoveu atos que reduziram efetivamente os danos resultantes de sua conduta, ou, ainda, no caso de culpa recíproca.

8.5. Se a redução dos danos for completa, as penalidades poderão ser reduzidas em até 2/3 (dois terços).

8.6. A demonstração dos fatos que ensejam a penalidade, bem como da redução a que se referem os itens anteriores, serão efetuadas em procedimento próprio e posteriormente submetidas à análise da Procuradoria-Geral [PROGER], para recomendação das providências legais cabíveis.

9) DO REAJUSTE DE ACORDO COM O DECRETO MUNICIPAL

9.1. Fica estabelecido que o valor homologado tenha reajustes para compensar os efeitos das variações inflacionárias aplicando-se o Índice de Preços ao Consumidor Amplo– IPCA, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômicas – FIPE, ou outro índice que vier a substituí-lo ou pela variação obtida pela edição dos decretos anuais que estabelecem os preços públicos das áreas da municipalidade, o que for maior.

9.2. A Aplicação do reajuste, que dispõe o item 9.1 deve ser aplicada da data de assinatura da permissão, restando vedada a aplicação do reajuste antes do período de 12 (doze) meses.

10) DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

10.1. O valor homologado da locação deverá ser recolhido, mensalmente, através de Guia a ser expedida pelo Departamento de Tributos do Município, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, devendo ser creditados na conta receita nº 1.3.1.1.01.1.1.00 – ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS – PRINCIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DO PRATA-MG

Divisão de Licitação

Praça XV de Novembro, 35 - Centro | Prata-MG | CEP: 381400-000

Tel: 34.3431-8705 - CNPJ: 18.260.505/0001-50

E-mail: licitacao@prata.mg.gov.br | www.prata.mg.gov.br

11) PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA RELAÇÃO JURÍDICA

11.1. Atendendo às exigências contidas no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, será designado pela autoridade competente, agente para acompanhar o cumprimento das normas, como representante da Administração.

11.2. Gestor e Fiscal:

Gestor: Bruna Silva Ferreira Nunes

Fiscal: Lielson Inácio Silva

11.3. O presente Termo de Referência acompanha Declaração de Nomeação de Gestor e Fiscal do Contrato, sendo que o ordenador da despesa deverá manter atualizado o nome do responsável pela fiscalização da execução da entrega, do gestor e do fiscal do contrato.

11.4. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência à CONTRATADA, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DO PRATA-MG

Divisão de Licitação

Praça XV de Novembro, 35 - Centro | Prata-MG | CEP: 381400-000

Tel: 34.3431-8705 - CNPJ: 18.260.505/0001-50

E-mail: licitacao@prata.mg.gov.br | www.prata.mg.gov.br

ANEXO II - MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2026 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2026

TERMO DE CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO REMUNERADO DE BEM PÚBLICO Nº ____/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DO PRATA E A EMPRESA

Pelo presente instrumento, que entre si celebram, o **MUNICÍPIO DO PRATA**, com sede nesta cidade na Praça XV de Novembro, nº 35, Bairro Centro, inscrito no **CNPJ/MF sob o n.º 18.260.505/0001-50**, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal **MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA**, brasileiro, casado, agente político, portador da cédula de identidade com **RG nº MG 14.081.990** expedido pela SSP/MG, inscrito no **CPF/MF sob o nº 079.142.526-62**, residente em Prata-MG, à Rua Sebastião Machado nº 70, Parque das Acácias, a seguir denominado **PERMITENTE** e a empresa, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua _____ nº _____, Bairro _____, Município _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, neste ato representada por seu Proprietário, Sr. _____, portador do RG nº _____, inscrito no CPF nº _____, residente e domiciliado na Rua _____ nº _____, a seguir denominada **PERMISSIONÁRIA**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, pelas condições estabelecidas no Edital de Licitação – Concorrência Eletrônica nº 005/2026, em conjunto com seus anexo e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O presente contrato tem como objeto a **PERMISSÃO DE USO PRECÁRIO À TÍTULO ONEROSO DE PONTO COMERCIAL LOCALIZADO NO PARQUE DO JATOBÁ, NO MUNICÍPIO DE PRATA-MG, OBEDECENDO AS NORMAS CONFORME ESPECIFICADO EM TERMO DE REFERÊNCIA.**

CLÁUSULA II - DO PRAZO E DO PAGAMENTO

2.1. O prazo da permissão de uso será pelo período de 02 (dois) anos, a contar da data da publicação do Decreto de Outorga, podendo, de acordo com interesse de ambas as partes, ser prorrogado por igual período, respeitando-se os limites impostos pelo artigo 107, da Lei nº 14.133/21.

2.2. A PERMISSIONÁRIA terá o prazo, para início das instalações, de 30 (trinta) dias, a partir da data de assinatura deste contrato, mediante ordem de execução do serviço expedida pela Secretaria responsável.

2.2.1. O não cumprimento do estabelecimento no item acima poderá acarretar a aplicação de penalidades previstas neste contrato.

2.3. O valor da PERMISSÃO de R\$ _____ (_____) apurado na homologação, deverá ser recolhido, mensalmente, através de Guia a ser expedida pelo Departamento de Tributos do Município, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, devendo ser creditados na conta receita nº 1.3.1.1.01.1.1.00 – ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS – PRINCIPAL.

CLÁUSULA III – DAS OBRIGAÇÕES DA PERMISSIONÁRIA

3.1. Na execução do objeto do contrato, obriga-se a PERMISSIONÁRIA:

3.1.1. A PERMISSIONÁRIA se responsabilizará por quaisquer danos causados direta ou indiretamente ao PERMITENTE e à POPULAÇÃO, decorrente de vício na qualidade dos produtos fornecidos.

3.1.2. Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

3.1.3. Zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas do contrato.

3.1.4. Fornecer de forma satisfatória o objeto da contratação, primando sempre pela qualidade dos produtos fornecidos.



PREFEITURA MUNICIPAL DO PRATA-MG

Divisão de Licitação

Praça XV de Novembro, 35 - Centro | Prata-MG | CEP: 381400-000

Tel: 34.3431-8705 - CNPJ: 18.260.505/0001-50

E-mail: licitacao@prata.mg.gov.br | www.prata.mg.gov.br

3.1.5. A PERMISSIONÁRIA será responsável pelo cumprimento do objeto deste contrato, sendo que o descumprimento de sua obrigação acarretará a rescisão contratual, com a imposição de multa a ser paga pelo mesmo.

3.1.6 - Fornecer todo o material e mão de obra necessários para a perfeita execução deste contrato, sendo de sua total responsabilidade todo e qualquer vínculo advindo de suas atividades.

3.1.7. Submissão a todos os regulamentos municipais em vigor.

3.1.8. Na data de início das atividades, a permissionária deverá apresentar relação dos funcionários, gerentes e prepostos.

3.1.9. Exercer unicamente a atividade para qual foi autorizada através da outorga de Permissão de Uso, conforme descrito e caracterizado no objeto do Edital, bem como neste instrumento, observando as exigências legais e higiênicas-sanitárias pertinentes.

3.1.10. Afastar qualquer preposto ou empregado cuja permanência ou comportamento for julgado inconveniente ou inadequado pelo Permitente, zelando para que seus empregados, em especial os que lidam com o público consumidor e os usuários, atuem com urbanidade, a fim de garantir a manutenção da boa imagem.

3.1.11. O Permissionário obriga-se a não instalar no espaço permitido, qualquer equipamento capaz de por em risco o imóvel da Permitente, a integridade física das pessoas, nem produzir interferência nos equipamentos já instalados nos quiosques.

3.1.12. Não fazer uso de alto-falante, receptor de televisão, rádio ou de outro meio de difusão de som que possa causar perturbação do sossego, salvo autorização da permissionária.

3.1.13. Fica autorizado a colocar na fachada do quiosque apenas o nome, marca da empresa ou elemento promocional, ficando proibida a instalação de toldos, cartazes, letreiros, que não se referirem ao objeto de venda dos quiosques.

3.1.14. Responsabilizar por todos os encargos financeiros, trabalhistas, previdenciários, tributários e tarifas de energia elétrica, água consumida individualmente, bem como, por todos os danos causados a terceiros e ao Permitente.

3.1.15. Cada permissionário será responsável pela ligação e pagamento da energia elétrica consumida. Devendo providenciar as suas despesas a transferência de titularidade do padrão de energia.

3.1.16. Todas as instalações elétricas deverão ser executadas com esmero e bom acabamento, com todos os condutores, condutos e equipamentos cuidadosamente arrumados em posição e firmemente ligados às estruturas de suporte e aos respectivos pertences, formando um conjunto mecânico e eletricamente satisfatório e de boa aparência sendo que nos locais aonde serão instalados os eletrodutos e houver alvenaria, os mesmos deverão ser embutidos.

3.1.17. Todas as instalações elétricas deverão atender integralmente a norma ABNT NBR:5410 e a Norma Regulamentadora NR10 do Ministério do Trabalho.

3.1.18. Assegurar ao Município as condições necessárias ao acompanhamento, supervisão, fiscalização e avaliação da execução e dos resultados dos serviços objeto deste Contrato.

3.1.19. O horário de funcionamento das lojas deverá corresponder no mínimo a 80% dos horários de funcionamentos do Terminal Rodoviário e Parque Jatobá.

3.1.20. Observar as normas da Secretaria Municipal do Meio Ambiente no que se refere à coleta e destinação dos detritos oriundos da comercialização.

3.1.21. Conduzir pessoalmente o objeto de permissão.

3.1.22. Toda reforma, manutenção e/ou alterações nas estruturas físicas dos quiosques é de responsabilidade do permissionário, devendo solicitar autorização antecipadamente da Secretaria de Obras, Transito e Habitação.

3.1.23. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo legal, mesmo que não previsto explicitamente no edital e/ou Termo de Permissão de Uso, acarretará na aplicação, pela Permitente, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

CLÁUSULA IV - DOS DIREITOS DO PERMITENTE

4.1. Prestar informações e esclarecimentos que venham ser solicitadas pela PERMISSIONÁRIA.

4.2. Notificar, por escrito, à PERMISSIONÁRIA quaisquer irregularidades encontradas no objeto deste contrato, fixando prazo para sua correção.



PREFEITURA MUNICIPAL DO PRATA-MG

Divisão de Licitação

Praça XV de Novembro, 35 - Centro | Prata-MG | CEP: 381400-000

Tel: 34.3431-8705 - CNPJ: 18.260.505/0001-50

E-mail: licitacao@prata.mg.gov.br | www.prata.mg.gov.br

CLÁUSULA V – DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A fiscalização da Permissão de Uso será efetuada pela Secretaria Municipal de Administração, procedendo-se vistorias ou diligências, com vistas ao fiel cumprimento do contrato, podendo, também, fixarem instruções complementares.

CLÁUSULA VI – DA RESCISÃO

6.1. O PERMITENTE poderá considerar rescindido o contrato, unilateralmente, sem que caiba à PERMISSONÁRIA qualquer direito de indenização ou retenção, se a PERMISSONÁRIA:

6.1.1. Infringir qualquer cláusula do contrato.

6.1.2. Recusar-se a cumprir os termos deste contrato, desde que suas razões não tenham sido prévia e devidamente aceitas pela fiscalização.

6.1.3. Deixar de cumprir as exigências da fiscalização.

6.2. Rescindido o Contrato por culpa da PERMISSONÁRIA, esta não terá direito a qualquer indenização por parte do PERMITENTE.

CLÁUSULA VII – DAS SANÇÕES, REVOGAÇÕES E DAS PROIBIÇÕES

7.1. Na hipótese de descumprimento das normas deste contrato ou de sua inexecução total ou parcial, o PERMITENTE garantida a apresentação de prévia defesa, aplicará à PERMISSONÁRIA, sem prejuízo da responsabilização civil e penal cabíveis, as seguintes sanções:

a) Impedimento de licitar ou contratar com o MUNICÍPIO por um prazo de até 03 (três) anos.

b) Multa, na seguinte forma:

b.1) 0,2% (dois décimos por cento) do valor total, por dia, que ultrapassar os prazos previsto para cumprimento de obrigações, até o 15º (décimo quinto) dia de atraso;

b.2) Na hipótese de descumprimento das exigências referentes às especificações técnicas ou de quaisquer disposições deste Termo de Referência, bem como, atraso superior a 15 (quinze) dias, a empresa vencedora ficará sujeita à multa de 10% (dez por cento) do valor total do objeto;

b.3) As multas que se referem os itens b.1 e b.2, uma vez aplicadas e para efeito de cobrança, poderão ser cobradas separadamente dos valores a serem pagos na permissão;

b.4) As multas não são compensatórias e não excluem as perdas e danos resultantes.

7.2. A sanção estabelecida na letra “a” do subitem 7.1 poderá ser aplicada juntamente com a da letra “b” e subitens, facultada a defesa do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

7.3. Sem prejuízo do exercício do contraditório, as penalidades previstas neste instrumento poderão ser aplicadas pela metade caso o contratado demonstre que promoveu atos que reduziram efetivamente os danos resultantes de sua conduta, ou, ainda, no caso de culpa recíproca.

7.4. Se a redução dos danos for completa, as penalidades poderão ser reduzidas em até 2/3 (dois terços).

7.5. A demonstração dos fatos que ensejam a penalidade, bem como da redução a que se referem os itens anteriores, serão efetuadas em procedimento próprio e posteriormente submetidas à análise da Procuradoria-Geral [PROGER], para recomendação das providências legais cabíveis.

CLÁUSULA VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. Integram este contrato, independentemente de transcrição, todos os documentos vinculados ao Processo de Licitação nº 061/2026 – Concorrência Eletrônica nº 005/2026, observados, no que couber, os disciplinamentos ditados na Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2. Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, com base na legislação em vigor.

8.3. As alterações posteriores, que se façam necessárias no presente instrumento, serão efetuadas por “Termos Aditivos”, que integrarão o contrato, para todos os fins e efeitos de direito.

CLÁUSULA IX - DO FORO

9.1 - As partes elegem o Foro de Prata/MG, para dirimir quaisquer conflitos oriundos deste contrato, renunciando a qualquer outro especial ou de exceção.



PREFEITURA MUNICIPAL DO PRATA-MG

Divisão de Licitação

Praça XV de Novembro, 35 - Centro | Prata-MG | CEP: 381400-000

Tel: 34.3431-8705 - CNPJ: 18.260.505/0001-50

E-mail: licitacao@prata.mg.gov.br | www.prata.mg.gov.br

E, por estarem assim contratadas, as partes assinam este contrato em 02 (duas) vias, de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Prata/MG, ____ de _____ de 2026.

MUNICÍPIO DO PRATA
Permitente

Alessandro Camargos Silva
Secretário Municipal de Administração

Permissionária

Testemunhas:

NOME/CPF:

NOME/CPF:

Visto em

____/____/2026

Eduardo Arantes Vilela
Advogado do Município
OAB/MG 110.026



PREFEITURA MUNICIPAL DO PRATA-MG

Divisão de Licitação

Praça XV de Novembro, 35 - Centro | Prata-MG | CEP: 381400-000

Tel: 34.3431-8705 - CNPJ: 18.260.505/0001-50

E-mail: licitacao@prata.mg.gov.br | www.prata.mg.gov.br

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA OU RENÚNCIA

Nome da empresa:

CNPJ nº

Endereço:.....

Fones:

E-mail:

Declaro que vistoriei minuciosamente os locais para a **PERMISSÃO DE USO REMUNERADO DE BEM PÚBLICO** constantes do objeto do Edital de Licitação nº 061/2026, Concorrência Eletrônica nº 005/2026, e tomei conhecimento das reais condições do local, bem como coletei informações de todos os dados e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta comercial.

Ou

Optamos pela não realização de vistoria assumindo inteiramente a responsabilidade ou consequências por essa omissão, mantendo as garantias que vincularem nossa proposta ao presente processo licitatório, em nome da empresa proponente.

Município – (UF), ____ de _____ de 2026.

Assinatura do Responsável pela empresa

